

A ATUALIDADE DA ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA

Walter Frantz¹

Introdução

O sistema econômico hegemônico, no mundo atual, orienta-se por relações que são, predominantemente, competitivas e concorrenciais, sempre mais, dominado pelas grandes corporações. Trata-se de uma economia que orienta sua produção e distribuição pelo sistema de preços e pelo valor de troca, orientado pela lógica da acumulação capitalista. Essa lógica se afirmou, através do mercado, como motivação para a produção e a distribuição de bens e riquezas, entre nações e seres humanos. Escreve Karl Polanyi (2000, p. 89): “Uma economia desse tipo se origina da expectativa de que os seres humanos se comportem de maneira tal a atingir o máximo de ganhos monetários”. Essa compreensão, certamente, implica uma noção economicista da natureza humana. Não se pode negar o lugar central das questões econômicas na vida das pessoas, mas a vida também não pode ser reduzida a uma dimensão econômica apenas, conforme alerta o sociólogo Pietro Barcellona (1999).

Hoje, nesse contexto, o cenário é de submissão da economia à lógica do capital financeiro. Essa lógica passou a ser a ordem das coisas, o sentido do poder e da força de regulação das relações sociais. No sistema de produção concorrencial e sempre mais globalizado, embasado na inovação e flexibilidade e a reboque dessa lógica, redefine-se o trabalho e o papel do trabalhador. Muitos perdem seus lugares de trabalho; outros não o alcançam mais. O desemprego como uma das formas predominantes de exclusão social tornou-se um fenômeno estrutural. A economia, tendo o capital financeiro como seu centro nervoso, ao contrário da fase industrial clássica, não opera no sentido de incluir o maior número possível de trabalhadores, no mercado de trabalho e de consumo, mas opera pela exclusão de um número cada vez maior pela automação, pela velocidade da inovação tecnológica. Enfim, na sociedade atual, o núcleo do poder econômico está no mundo das finanças, enquanto se constitui um cenário de fragmentação e dispersão da estrutura produtiva, isto é, desfazem-se as fronteiras e os limites, cada vez mais, das economias nacionais (SEVCENKO, 2001).

Afirma Jeremy Rifkin (1995) que a maciça substituição do homem pela máquina forçará cada nação a repensar o papel a ser desempenhado pelos seres humanos no

¹ Professor da UNIJUI

processo social. Redefinir oportunidades e responsabilidades para milhões de pessoas numa sociedade sem o emprego de massa formal deverá ser a questão social mais desafiadora às políticas públicas.

De outro lado, ao mesmo tempo em que existem flagrantes sinais de crise ambiental, grande parte da população mundial passou a viver na periferia desse sistema, ainda que integrada a sua dinâmica. Essa relação de *integração* traz em si dois aspectos contraditórios: de um lado, a *ilusão* pela inclusão daqueles que vivem na periferia e, de outro, o discurso sobre o *mérito pessoal*. Isto é, na ótica desse discurso, a posição social e econômica das pessoas, acima de tudo, é fruto do esforço individual, desconhecendo sua integração e submissão ao contexto das relações de força de uma economia e de sociedade, cada vez mais, globalizadas e orientadas pela lógica capitalista. Nesse sentido, Milton Santos (2001, p. 15) fala de globalização *perversa*, “fundada na tirania da informação e do dinheiro, na competitividade, na confusão dos espíritos e na violência estrutural”. A lógica da vida e do trabalho é submetida à racionalidade econômica do capital.

A economia capitalista é seletiva e excludente, orientando-se pelo princípio da acumulação, que é muito diversa de uma economia, voltada à valorização do trabalho humano. No decorrer histórico da economia de mercado, o desenvolvimento da ciência e da política foi convertido em força produtiva a favor do capital, potencializando a capacidade de acumulação e concentração das riquezas (SEVCENKO, 2001). A mundialização dessa racionalidade, na visão de Antonio Faundez (2001, p. 175), “destrói os elos sociais, econômicos e culturais da maior parte das sociedades, impondo e valorizando somente as ligações econômicas entre as pessoas”. Jean-Paul Maréchal (2000, p. 11), afirma que “não obstante uma riqueza em crescimento tendencial e cujo nível absoluto nunca foi tão elevado, as sociedades de economia de mercado mostram-se incapazes de impulsionar uma dinâmica de progresso proveitosa para todos”. O cenário das desigualdades sociais permite questionar a ideia de progresso como produto das relações econômicas, levando a crer “de que os acontecimentos históricos desenvolvem-se no sentido mais desejável, realizando um aperfeiçoamento crescente” (ABBAGNANO, 2000, P. 799). Segundo Nicola Abbagnano, diante dos fatos históricos, hoje, a ideia de progresso que nos vem da visão positivista está muito abalada.

Na visão de Alain Touraine (1998, p. 10), “a afirmação de que o progresso é o caminho para a abundância, liberdade e felicidade e que estes três objetivos estão

fortemente ligados entre si, nada mais é que uma ideologia constantemente desmentida pela história”. Por sua vez, Ulrich Beck (2010, p. 15-16) escreve: “O acúmulo de poder do ‘progresso’ tecnológico-econômico é cada vez mais ofuscado pela produção de riscos. [...] que se precipitam sob forma de ameaças à vida de plantas, animais e seres humanos”.

Hoje, em termos amplos, dados apontam que cerca de vinte por cento da humanidade usufrui oitenta por cento das riquezas produzidas, resultando em imensos desafios à humanidade, em todos os níveis e campos da organização humana. Segundo Zygmunt Bauman (2005, p. 25), “para qualquer um que tenha sido excluído e marcado como refugio, não existem trilhas óbvias para retornar ao quadro dos integrantes”. Os economistas Hans-Peter Martin e Harald Schumann (1998) apresentam estudos sobre concentração de bens e renda, desemprego e exclusão social. Em seus estudos sobre globalização apontam para a ameaça de que, no futuro, para o funcionamento da economia mundial seriam necessários apenas vinte por cento da população ativa. Hoje, apesar do crescimento do volume global das riquezas, em países da Europa, segundo os autores, os dados indicam para o declínio do poder de compra e do rendimento líquido médio, para a supressão de milhões de empregos. A crise atual, especialmente, a partir de 2008, permite acreditar na confirmação dessas projeções.

Uma sociedade mais justa e acolhedora para todos não parece ser compatível com a ordem hegemônica, isto é, com as relações comerciais e financeiras estabelecidas entre as nações e seus habitantes. Dados econômicos e sociais permitem afirmar que estamos diante de uma crise dos grandes sistemas modernos de organização social. Henri Bartoli (1996, p. 19), em relação às experiências capitalistas e socialistas afirma: “Nem um nem outro se mostrou capaz de encaminhar o universo econômico e social [...] para um tal estado que a opção a favor da vida seja a pedra angular da organização econômica e social [...]”. Por outro lado, Ulrich Beck (2010, p. 23) chama a atenção sobre os riscos à civilização tecnológica: “a produção social de *riqueza* é acompanhada sistematicamente pela produção social de *riscos*”.

Dados indicam que o meio ambiente (JÄGER, 2007), não suporta mais o modelo de desenvolvimento que tem como objetivos e metas a maximização do lucro e da acumulação do capital. Klaus Wiegandt (2007, p. 9) afirma: “Nós nos desviamos do caminho de sucesso inicial com muito progresso e nos encontramos em um caminho

equivocado de ameaças com riscos imprevisíveis²”. Para ele existe um perigo que vem da crença na possibilidade de um ilimitado crescimento econômico, inclusive, da crença nas inovações tecnológicas como respostas para todos os desafios sociais, hoje e no futuro. Observa que uma sociedade que queira, seriamente, orientar-se por um desenvolvimento sustentável, não pode prescindir de atores sociais críticos e criativos, dispostos ao debate e às ações. Portanto, estamos diante de uma complexa tarefa e que vai também exigir contribuições por parte de setores como os da educação e da política.

Os limites do meio-ambiente e dos recursos da natureza, o acirramento da competição, o aprofundamento da concentração de capitais, o excesso de produção, em contradição com a exclusão econômica e social de grande parcela da população, os desafios da sustentabilidade política e da segurança do sistema, fazem nascer críticas e questionamentos, cada vez mais fortes, com relação à lógica de uma economia centrada no lucro em desfavor da vida.

Desse cenário resultam imensos desafios, em todos os níveis e campos da organização humana. Certamente, um dos maiores desafios para o século XXI será o de recolocar as necessidades humanas no lugar da busca do lucro, isto é, de promover a economia do humano (MARÉCHAL, 2000). Isso, certamente, implica em profundas mudanças na concepção do processo de desenvolvimento das sociedades, predominante, até hoje (JÄGER, 2007). Muitos são os desafios à ciência e à política, no sentido de mudanças nos processos de produção e apropriação das riquezas (SCHMIDT-BLEEK, 2008). Diante dos resultados da crença no mercado sob a lógica da acumulação do capital ou da crença no planejamento estatal como instrumentos e mecanismos de coordenação da produção e distribuição dos bens de vida, acredito estarmos diante de novos desafios, quanto à organização social e econômica dos seres humanos. Atualmente, cresce a consciência de que o desenvolvimento tecnológico e a economia precisam de caminhos sustentáveis, que tenham a vida como eixo central.

Para o sociólogo Luiz de Aguiar Costa Pinto (1999), impõe-se uma necessidade profunda da análise científica sobre a sociedade humana que conduza à criação, ou invenção, de novas formas e padrões de coexistência e cooperação dos seres humanos entre si e das sociedades humanas com seu meio ambiente.

Novos espaços ao movimento cooperativo

² Tradução livre feita por mim: Wir sind vom frühen Weg des Erfolges mit vielen Fortschritten abgekommen und befinden uns auf einem Irrweg der Gefährdung mit unübersehbaren Risiken.

Certamente, um dos maiores desafios para o século XXI será o de colocar as necessidades humanas no lugar da necessidade do lucro. Isso exige novas relações de trabalho, passando-se da cooperação orgânica à cooperação política. Impõe-se o conhecimento e a cooperação no sentido da criação de novas possibilidades de convivência social e ambiental. Coloca-se o desafio de acolher a liberdade individual e a necessidade do coletivo como dimensões de organização social.

Trata-se de um processo, portanto, que deverá ter como núcleo central a reação à dimensão individualista e consumista, passando pelo resgate da dimensão associativa e cooperativa da vida, em todas as suas formas, desde questões ambientais gerais até questões específicas da economia. A sociedade contemporânea “em rede” parece indicar essa possibilidade pelo caminho da organização cooperativa, a partir de um processo dialógico de ação-reflexão, no sentido da construção de novas relações econômicas e estruturas sociais.

Escreve Jürgen Habermas (1976) que a experiência da desigualdade social fez nascerem movimentos sociais e suas respectivas estratégias de ação. De acordo com Raymond Boudon e François Bourricaud (2000, p. 372), “um movimento social pode constituir-se em torno de “interesses” a serem defendidos ou promovidos”. Por sua vez, Alain Touraine (1998, p. 254) afirma que “um movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural. (...) visa sempre a realização de valores culturais, ao mesmo tempo em que a vitória sobre um adversário social”. Essas afirmações permitem concluir pela diversidade das origens, sentidos e significados dos movimentos sociais, ao longo da história da dinâmica social da vida humana. São manifestações históricas que expressam necessidades e interesses, ocorram elas no campo da economia, da política, da cultura ou da educação. Nesse sentido, escreve Mario Osorio Marques (2000):

Os Movimentos sociais revelam o caráter histórico e reconstrutivo das sociedades humanas, a tensão permanente entre o mundo da vida e os sistemas que tentam colonizá-lo ao reduzi-lo a uma racionalidade estreita e fechada, a racionalidade estratégica do manejo das vontades ou a racionalidade instrumental do uso dos meios sem a consideração dos fins (p. 72).

As necessidades e os interesses do mundo da vida das pessoas representam a força do movimento social pela cooperação. Quanto maior a clareza e a consciência em relação a essas necessidades e interesses tanto maior pode ser a articulação das relações de organização das pessoas, isto é, maior pode ser a força do movimento cooperativo. Pode-se dizer que o somatório das necessidades, dos interesses, da clareza e da

consciência das pessoas produz uma *força motora* que mobiliza a sociedade. Ou melhor, a sociedade se *movimenta* pela capacidade de organização e dinamismo dessa força, que é desencadeada a partir das relações entre as pessoas. Um desses movimentos é o movimento pela organização cooperativa. Trata-se de um movimento, predominantemente, relacionado à economia, porém, com reflexos na política, na cultura, na educação, na comunicação ou em qualquer outro espaço social.

A cooperação em sua forma moderna pode ser considerada como um produto da organização capitalista da sociedade: constitui uma reação às dificuldades técnicas, sociais, políticas e culturais, frente à lógica da acumulação do capital. As modernas formas de organização cooperativa nasceram no espaço do mercado capitalista. A cooperação moderna propõe mudanças na organização econômica da sociedade, mediante a instauração de um sistema baseado em associações-cooperativas, de caráter econômico, postas a serviço das necessidades e interesses de quem trabalha. Assim, a história do cooperativismo se confunde com a história da economia, isto é, com a história da produção e da distribuição dos bens e das riquezas, entre os seres humanos.

A economia não é apenas uma questão técnica de produção e distribuição. Ela é também uma questão política, que envolve discussão sobre necessidades e interesses, inerentes ao processo produtivo e distributivo. Portanto, expressa cultura, visões de mundo. Assim, o que acontece no campo da economia exerce influência sobre o pensamento e o comportamento das pessoas, isto é, sobre o seu comportamento de cooperação.

Por isso, hoje, é preciso retomar o sentido político da organização cooperativa. É preciso politizar o movimento cooperativo. Historicamente, o conflito social presente em sua base esteve relacionado com a má distribuição das riquezas, as restritas oportunidades sociais, a luta por melhores condições de vida, o reconhecimento da liberdade de organização de quem vive do seu trabalho. É uma história, portanto, diretamente ligada à economia de necessidades e interesses. A economia da cooperação, nesse caso, consiste no esforço técnico e político de produzir e distribuir bens e riquezas, em função de necessidades ou interesses das pessoas, mas que têm o capital como instrumento fundamental.

Escreve Mario Osorio Marques (2000, p. 73):

No interior mesmo da totalidade capitalista, surgem os movimentos de defesa e promoção de interesses vitais, ambíguos e conflitivos entre a oposição e a acomodação, como os movimentos sindical e cooperativo, que, mesmo à custa de pequenas vitórias e

concessões várias, têm-se revelado escolas de aprendizagem no mundo prático e nas articulações políticas.

O cooperativismo moderno não nasceu só de consequências sociais negativas da Revolução Industrial. O cooperativismo moderno é resultado do espírito e da cultura da época e que se instalou também no campo político. Os seus valores, relacionados ao associativismo, à solidariedade e à cooperação, indicam para o reconhecimento de seus protagonistas como sujeitos e atores da história. O cooperativismo moderno nasceu no campo da economia, fundado no espírito dos ideais da liberdade e da igualdade social. Nasceu como um processo a instrumentalizar as promessas da modernidade, em função da defesa e da valorização do trabalho humano. Brotou do campo das lutas sociais por uma economia centrada na valorização do trabalho humano, orientado por ideias democráticas de participação, de organização, de reconhecimento do papel e da função do cidadão, em oposição às relações sociais servis anteriores e à submissão na relação capitalista. O movimento histórico do cooperativismo moderno incorporou ideias iluministas, socialistas e liberais, da época. Como tal, é também expressão do liberalismo social.

O movimento cooperativo moderno busca a afirmação da cultura da cooperação nas relações econômicas de oferta e procura, em favor do trabalho humano. Sair da individualidade para a comunidade pelo estabelecimento de interesses comuns. Este é o aspecto político do cooperativismo moderno, diante da ausência de um projeto global de sociedade para a maioria da população. O desafio da construção de um novo projeto de sociedade, a sociedade em rede cooperativa, recoloca a questão da cooperação para a economia. Em outras palavras, afirma a atualidade do movimento como um lugar de comunicação e debate a respeito de práticas técnicas e econômicas de produção e distribuição de riquezas. Como tal constitui processos sociais, que podem contribuir para a afirmação de alternativas, no espaço das relações econômicas, de laços sociais e de cultura, frente às tendências individualistas e de exclusão social. Pode-se reconhecer no cooperativismo um lugar de reconstrução de identidades, do coletivo, dos laços sociais rompidos, do reconhecimento do ser humano.

Portanto, contém o cooperativismo como fenômeno social, em sua essência, a necessidade da aproximação, da identificação, da solidariedade, da participação, da democracia, da responsabilidade social. Contém a potencialidade da construção de novos laços sociais. Esses são significados que permitem ver na organização cooperativa um instrumento potencial de intervenção na realidade social. Certamente,

essa é também uma das diferentes razões pela atual valorização crescente da organização cooperativa.

Entretanto, ainda que o movimento cooperativo moderno possa ser caracterizado como reação de grupos sociais menos favorecidos, no sentido de se oporem ao sistema capitalista, as práticas cooperativas são sempre mais instrumentais, frente às forças do mercado de lógica capitalista. Em função das limitações de seus associados, suas necessidades, seus interesses e aspirações em uma economia de consumo, sempre mais atraente, as estruturas operacionais de cooperação são, facilmente, inseridos no sistema de poder dominante, com algumas vantagens. As organizações cooperativas como estruturas produtivas de grupos isolados são facilmente cooptadas pelo sistema dominante. Isto é, o cooperativismo também corre o risco de ser reduzido a instrumento do capital e não do trabalho, perdendo sua essência de luta política.

Porém, apesar desse risco, para muitas pessoas ou grupos sociais, hoje, a cooperação, torna-se, novamente, elemento fundamental à construção de seus espaços de vida, pois a organização cooperativa, para além da expressão material, desenvolve também expressões culturais, políticas e sociais que se somam aos interesses, objetivos e necessidades de seus associados. A dimensão cultural de um empreendimento cooperativo está nos valores, nas crenças, nas normas e costumes inerentes às práticas sociais cooperativas. São componentes que incidem sobre o funcionamento de uma organização. Reconhecer a importância de outras dimensões na organização cooperativa, certamente, não diminui o fundamento econômico da cooperação. A recuperação dessa dimensão cultural e de seus significados não econômicos, certamente, constitui uma potencialização do capital social, uma possibilidade social agregadora e integradora da organização cooperativa, diante do fenômeno da globalização e do risco da exclusão social.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARCELONA, Pietro, 1999: Triunfo do Ocidente e Decomposição da Práxis Vital. In: OLIVEIRA, Flávia A Martins (org.), 1999: Globalização, Regionalização e Nacionalismo. UNESP.

BARTOLI, Henri. A economia, serviço de vida. Crise do capitalismo, uma política de civilização. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

- BAUMAN, Zygmunt. Vidas desperdiçadas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BECK, Ulrich. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- BOUDON, Raymond, BOURRICAUD, François. Dicionário crítico de sociologia. 2ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- FAUNDEZ, Antonio. O processo de globalização da economia e a educação popular. In: FAUNDEZ, Antonio (org.). Educação, desenvolvimento e cultura: contradições teóricas e práticas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- HABERMAS, Jürgen. Zur Rekonstruktion des Historischen Materialismus. 2ª ed. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1976.
- JÄGER, Jill. Was verträgt unsere Erde noch? Wege in die Nachhaltigkeit. 4ª Edição. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 2007.
- MARÉCHAL, Jean-Paul. Humanizar a economia. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.
- MARQUES, Mario Osorio. A aprendizagem na mediação social do aprendido e da docência. 2ª ed. Ijuí: UNIJUI, 2000.
- MARTIN, Hans-Peter e SCHUMANN, Harald. A Armadilha da Globalização. O assalto à democracia e ao bem-estar social. Lisboa – Portugal: Terramar, 1998.
- PINTO, Luiz Aguiar Costa, 1999: Mundo Pós-moderno. Notas para discussão e registro histórico. In: MAIO, Chor, BÔAS, Gláucia Villas (orgs.). Ideais de modernidade e sociologia no Brasil. Ensaios sobre Luiz Aguiar Costa Pinto. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1999, p. 13-19.
- POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- RIFKIN, Jeremy. O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1995.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SCHMIDT-BLEEK, Friedrich. Nutzen wir die Erde richtig. Die leitungen der Natur und die Arbeit des menschen. 4ª Edição. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 2008.
- SEVCENKO, Nicolau. A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- TOURAINÉ, Alain. Crítica da Modernidade. 5ª Edição. RJ/Petrópolis: Vozes, 1998.

WIEGANDT, Klaus. Handeln – aus Einsicht und Verantwortung. In: JÄGER, Jill. Was verträgt unsere Erde noch? Wege in die Nachhaltigkeit. 4^a Edição. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 2007.